



INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 047/2025

Proc. Administrativo: 1915/2025

DA FINALIDADE: Inexigibilidade de Licitação

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada em treinamento e capacitação profissional para servidores lotados na Secretaria de Educação para Semana Pedagógica de 2026, para executar a palestra “Cuide-se para Cuidar” com o palestrante Luiz Santos.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 24.772.287/0001-36, situada na Av. Mato Grosso, 66 NE, Centro.

DA CONTRATADA: INOVATIVA EDITORA LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº **27.468.236/0001-03**, estabelecida na Avenida Santos Dumont, nº 1343, Aldeota, Fortaleza-CE.

DA JUSTIFICATIVA: A Secretaria Municipal de Educação promoverá, no mês de janeiro de 2026, a Semana Pedagógica, evento tradicional que antecede o início do ano letivo e tem como finalidade proporcionar momentos de planejamento, formação continuada e integração entre os profissionais da rede municipal de ensino;

O evento atenderá aproximadamente 657 profissionais da educação, entre professores, técnicos de apoio educacional, agentes educacionais e demais servidores da área, constituindo um importante espaço de reflexão sobre as práticas pedagógicas, alinhamento das metas educacionais e fortalecimento do compromisso coletivo com a qualidade do ensino público municipal;

Para o desenvolvimento das atividades formativas, faz-se necessária a contratação do Palestrante Luiz Santos, profissional reconhecido nacionalmente nas áreas de desenvolvimento humano, liderança e inteligência emocional, com vasta experiência em eventos educacionais;

O palestrante apresentará a palestra “Cuide-se para Cuidar”, que tem como objetivo promover a conscientização sobre a importância do autocuidado físico, mental e emocional dos educadores, reforçando que o bem-estar pessoal é essencial para o bom desempenho profissional e para o cuidado efetivo com os alunos;

A proposta está em consonância com as diretrizes da política de formação continuada da Secretaria Municipal de Educação, que busca fortalecer a motivação e o equilíbrio emocional dos profissionais da educação, contribuindo para um ambiente escolar mais saudável, colaborativo e produtivo;

A contratação é imprescindível para o alcance dos objetivos da Semana Pedagógica, uma vez que o conteúdo e a metodologia do palestrante estão diretamente alinhados com o propósito formativo do evento;

Ressalta-se que o profissional detém notória especialização e experiência comprovada, não sendo possível a substituição por outro de igual reconhecimento técnico e autoral, o que caracteriza a inexigibilidade de licitação, conforme o art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.



ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES: O valor total da contratação é **R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)**, dos quais estão contemplados os custos detalhados a serem pagos a empresa, conforme determina o artigo 94 § 2 da Lei Federal 14.133/2021;

Os custos da presente contratação a serem pagos a empresa, envolvem o cachê do artista, transporte, hospedagem, alimentação, e demais despesas específicas conforme descrito na proposta.

DA RELAÇÃO DO ITEM COM QUANTITATIVO E VALOR:

Nº do item	Item	Descrição	UND	QTD	Valor
1	55135	CONTRATAÇÃO DE PALESTRA DO PALESTRANTE ?LUIZ SANTOS MONTE? PARA REALIZAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DURANTE SEMANA PEDAGÓGICA DO MUNICÍPIO, COM DURAÇÃO DE 1H30MIN, DATA 29/01/2026, SEM LOCAL DEFINIDO. + DISTRIBUIÇÃO DE 550 LIVROS CUIDE-SE PARA CUIDAR ? AUTOR: LUIZ MONTESANTO ? CAPA 4X0 CORES: TINTA EM CARTÃO TRIPLEX 300G. COM BORDAS ARREDONDADAS E MIOLO 4X4 CORES: OFF SET 90G, TAMANHO: 13X21CM, 112 PÁGINAS.	un - unidade	1	40.000,00

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações da Administração Pública:

- a) Fiscalizar como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no contrato;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um ou mais representantes especialmente designados, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- c) Prestar as informações e esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas;
- d) Documentar e notificar, por meio de comunicação impressa ou eletrônica, à contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção ou regularização;
- e) Assegurar o acesso dos empregados e representantes da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar as atividades;
- f) O Município obriga-se, desde já, a cumprir com todas as exigências estabelecidas na proposta e necessidades de produção anexas ao contrato, declarando ainda o CONTRATANTE ter pleno e total conhecimento do conteúdo ali informado;
- g) O Município obriga-se a disponibilizar toda a estrutura necessária para a realização da palestra, incluindo palco, sonorização, iluminação e recursos audiovisuais (data show, microfones e painel de LED), arcando com todas as despesas decorrentes, como condição imprescindível para a execução do evento;
- h) Fica sob responsabilidade da CONTRATANTE a obtenção das liberações e autorizações necessárias junto aos órgãos públicos, entidades de classe e autoridades locais competentes para a realização do evento;
- i) Quanto ao transporte, o CONTRATANTE fica isento da obrigatoriedade de disponibilização, uma vez que todas as despesas com transporte, alimentação,



hospedagem e encargos já estão inclusas no valor da proposta, conforme acordado previamente;

j) Caso haja pane (defeito) nos equipamentos de sonorização, iluminação ou projeção alugados pela CONTRATANTE que impossibilitem a realização da palestra, as penalidades cabíveis deverão recair exclusivamente sobre a empresa responsável pela locação, ficando a CONTRATADA e a CONTRATANTE isentas de culpa e com direito ao recebimento integral do valor deste contrato;

k) O CONTRATANTE obriga-se a fornecer boas condições para o desempenho da palestra, tais como:

1. Palco com estrutura sólida e segura, adequada ao uso dos equipamentos do evento;
2. Ambiente climatizado e com boa acústica;
3. Apoio técnico no local durante toda a realização da palestra.

São obrigações do fornecedor contratado:

a) Arcar integralmente com os custos referentes aos honorários do palestrante, transporte aéreo, traslado, alimentação, hospedagem e demais despesas relacionadas, conforme proposta apresentada;

b) Executar os serviços nos horários e condições previamente definidos pela Secretaria Municipal de Educação, sem prejuízo ao bom andamento das atividades da contratante;

c) Cumprir rigorosamente a data e o horário definidos para a palestra, qual seja, 29 de janeiro de 2026, com duração mínima de 1h30min;

d) Disponibilizar pessoa responsável para manter contato direto com a Secretaria Municipal de Educação, a fim de sanar dúvidas, alinhar informações e garantir a adequada execução dos serviços;

e) A contratada obriga-se a fornecer boas condições para execução dos serviços;

f) Fornecer na data do evento, os 550 (quinhentos e cinquenta) exemplares do livro “Cuide-se para Cuidar”, de autoria do palestrante Luiz Santos, como bonificação aos participantes, conforme especificações técnicas apresentadas na proposta, devidamente embalados;

g) Garantir que o palestrante Luiz Santos execute pessoalmente a palestra, sendo vedada a substituição por outro profissional;

h) Pela realização da apresentação pactuada neste instrumento, a CONTRATADA obriga-se a disponibilizar HOSPEDAGEM PARA TODA EQUIPE, TRANSPORTE, e DIÁRIA DE ALIMENTAÇÃO, não sendo de responsabilidade da CONTRATANTE;

i) Retirar nota fiscal da prestação de serviços da apresentação do artista conforme valor a ser pago, nas dependências do município de Campo Novo do Parecis, conforme seus recolhimentos cabíveis a este serviço, tais como ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Quaisquer Natureza, conforme LEI N° 020/2008 e LEI COMPLEMENTAR N° 035/2011, onde prevê que o ISSQN é devido no local da prestação de serviços sob alíquota de 5%;

j) Responsabilizar-se pelo recolhimento de todos os tributos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução do contrato;

k) Devolver o contrato assinado digitalmente através do sistema de gestão da prefeitura (1Doc) ou também para o e-mail da contratante (mediante confirmação de recebimento) no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data de emissão;

l) Cumprir com as normas de segurança, ética e conduta durante o evento, zelando pelo bom andamento da atividade e pela imagem institucional do Município.



Estão excluídos do caput acima os seguintes motivos:

- a)** Em caso de envolvimento em acidente rodoviário ou aéreo durante o percurso até o local do evento que impeça o cumprimento contratual, devendo a CONTRATADA restituir quaisquer valores pagos antecipadamente à CONTRATANTE;
- b)** Em caso fortuito ou força maior que venha a impedir a locomoção do palestrante no dia do evento, tais como tempestades, inundações, greves ou outros fatores imprevisíveis ocasionados pela natureza;
- c)** Em caso de enfermidade devidamente comprovada por atestado médico que impeça o palestrante Luiz Santos de se apresentar na data marcada, caberá à contratada informar imediatamente à contratante, para fins de reagendamento, conforme disponibilidade de agenda;

DO LOCAL, DURAÇÃO E HORÁRIO DA PALESTRA: A palestra será realizada em local definido pela Secretaria Municipal de Educação de Campo Novo do Parecis – MT, no dia 29 de janeiro de 2026, com duração de 1h30min (uma hora e trinta minutos), em horário a ser definido de comum acordo entre as partes, como parte da programação oficial da Semana Pedagógica 2026.

DA VIGÊNCIA: O contrato terá prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado, em parcela única, por meio de Ordem Bancária (OB) emitida em favor do fornecedor, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após a prestação de serviço mediante apresentação da Nota Fiscal/fatura dos itens/serviços efetivamente entregues, devidamente atestada pelo agente fiscalizador designado para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 56/2023.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas necessárias para execução do evento serão cobertas com recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária, consignada no orçamento desta Prefeitura:
09.001.12.122.0002.20059.3390390000.15001001000000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

DO FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação, conforme Art. 74, inciso III, alínea “f” da Lei nº 14.133/2021. O instrumento contratual fica dispensado por se tratar de execução de serviço imediato.

Campo Novo do Parecis, 04 de dezembro de 2025.

Tarcísio Nascimento da Silva
Agente de Contratação

Ratifico a Inexigibilidade do procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e autorizada.

Edilson Antonio Piaia
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº: XX/2025

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,
DERIVADO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
XXX/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO
DE CAMPO NOVO DO PARECIS E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXX.**

“CONTRATANTE: MUNICÍPIO CAMPO NOVO DO PARECIS-MT, com sede nesta cidade, Avenida Mato Grosso, nº 66 NW, centro, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 24.772.287/0001-36, representado por seu Prefeito Municipal, **Senhor Sr. EDILSON ANTONIO PIAIA**, brasileiro, casado, inscrito no RG nº 22xxx4 SESP/MS, CPF sob nº 390.xxx.xxx-91, residente e domiciliado na Rua Goiás, 101 - NE, bairro Centro, nesta cidade de Campo Novo do Parecis – MT

CONTRATADA: XXXXXXXXXX, XXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, com sede na rua XXXXXXXX, nº XXXX, XXXXXXXXXX, em XXXXXXXXXX, neste ato representada pelo **Sr. XXXXXXXX**, brasileiro, portador da cédula de identidade nº XXXXXXXX, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXX, n.º XXXXXXXXXX, XXXXXXXX, em XXXXXXXX.

FUNDAMENTO LEGAL: Este contrato decorre do Processo de Inexigibilidade de Licitação XXX/2025, com fulcro no art. 74, inciso III, alínea “f” da Lei nº 14.133/2021, e demais documentos constantes do Memorando n. XXXX, via 1DOC.

Todos conjuntamente denominados como Partes, tem entre si justo e contratado, o que mutuamente outorgam, aceitam e assinam convencionados pela Cláusulas e Condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada em treinamento e capacitação profissional para servidores lotados na Secretaria de Educação para Semana Pedagógica de 2026, para executar a palestra “Cuide-se para Cuidar” com o palestrante Luiz Santos.

1.1.1 O evento atenderá aproximadamente 657 profissionais da educação, entre professores, técnicos de apoio educacional, agentes educacionais e demais servidores da área.

1.1.2 O objetivo da palestra é promover a conscientização sobre a importância do autocuidado físico, mental e emocional dos educadores, reforçando que o bem-estar pessoal para o bom desempenho profissional e para o cuidado efetivo com os alunos;

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL, DURAÇÃO E HORÁRIO DA PALESTRA:

2.1 A palestra será realizada em local e horário a ser definido pela Secretaria Municipal de Educação de Campo Novo do Parecis – MT, no dia 29 de janeiro de 2026, com duração de 1h30min (uma hora e trinta minutos), como parte da programação oficial da Semana Pedagógica 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO



3.1 O valor total da contratação é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

3.2 O pagamento será efetuado, em parcela única, por meio de Ordem Bancária (OB) emitida em favor do fornecedor, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após a prestação de serviço mediante apresentação da Nota Fiscal/fatura dos itens/serviços efetivamente entregues, devidamente atestada pelo agente fiscalizador designado para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 56/2023.

3.3 Os custos da presente contratação a serem pagos a empresa, envolvem o valor do palestrante, transporte, hospedagem, alimentação, e demais despesas específicas conforme descrito na proposta.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 A despesa decorrente deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária: 09.001.12.122.0002.20059.3390390000.15001001000000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 São obrigações da Administração Pública:

- a)** Fiscalizar como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no contrato;
- b)** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um ou mais representantes especialmente designados, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- c)** Prestar as informações e esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas;
- d)** Documentar e notificar, por meio de comunicação impressa ou eletrônica, à contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção ou regularização;
- e)** Assegurar o acesso dos empregados e representantes da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar as atividades;
- f)** O Município obriga-se, desde já, a cumprir com todas as exigências estabelecidas na proposta e necessidades de produção anexas ao contrato, declarando ainda o CONTRATANTE ter pleno e total conhecimento do conteúdo ali informado;
- g)** O Município obriga-se a disponibilizar toda a estrutura necessária para a realização da palestra, incluindo palco, sonorização, iluminação e recursos audiovisuais (data show, microfones e painel de LED), arcando com todas as despesas decorrentes, como condição imprescindível para a execução do evento;
- h)** Fica sob responsabilidade da CONTRATANTE a obtenção das liberações e autorizações necessárias junto aos órgãos públicos, entidades de classe e autoridades locais competentes para a realização do evento;
- i)** Quanto ao transporte, o CONTRATANTE fica isento da obrigatoriedade de disponibilização, uma vez que todas as despesas com transporte, alimentação, hospedagem e encargos já estão inclusas no valor da proposta, conforme acordado previamente;
- j)** Caso haja pane (defeito) nos equipamentos de sonorização, iluminação ou projeção alugados pela CONTRATANTE que impossibilitem a realização da palestra, as penalidades cabíveis deverão recair exclusivamente sobre a empresa responsável pela locação, ficando a CONTRATADA e a CONTRATANTE isentas de culpa e com direito ao recebimento integral do valor deste contrato;
- k)** O CONTRATANTE obriga-se a fornecer boas condições para o desempenho da palestra, tais como:



1. Palco com estrutura sólida e segura, adequada ao uso dos equipamentos do evento;
2. Ambiente climatizado e com boa acústica;
3. Apoio técnico no local durante toda a realização da palestra.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 São obrigações do fornecedor contratado:

- a) Arcar integralmente com os custos referentes aos honorários do palestrante, transporte aéreo, traslado, alimentação, hospedagem e demais despesas relacionadas, conforme proposta apresentada;
- b) Executar os serviços nos horários e condições previamente definidos pela Secretaria Municipal de Educação, sem prejuízo ao bom andamento das atividades da contratante;
- c) Cumprir rigorosamente a data e o horário definidos para a palestra, qual seja, 29 de janeiro de 2026, com duração mínima de 1h30min;
- d) Disponibilizar pessoa responsável para manter contato direto com a Secretaria Municipal de Educação, a fim de sanar dúvidas, alinhar informações e garantir a adequada execução dos serviços;
- e) A contratada obriga-se a fornecer boas condições para execução dos serviços;
- f) Fornecer na data do evento, os 550 (quinhentos e cinquenta) exemplares do livro “Cuide-se para Cuidar”, de autoria do palestrante Luiz Santos, como bonificação aos participantes, conforme especificações técnicas apresentadas na proposta, devidamente embalados;
- g) Garantir que o palestrante Luiz Santos execute pessoalmente a palestra, sendo vedada a substituição por outro profissional;
- h) Pela realização da apresentação pactuada neste instrumento, a CONTRATADA obriga-se a disponibilizar HOSPEDAGEM PARA TODA EQUIPE, TRANSPORTE, e DIÁRIA DE ALIMENTAÇÃO, não sendo de responsabilidade da CONTRATANTE;
- i) Retirar nota fiscal da prestação de serviços da apresentação do artista conforme valor a ser pago, nas dependências do município de Campo Novo do Parecis, conforme seus recolhimentos cabíveis a este serviço, tais como ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Quaisquer Natureza, conforme LEI N° 020/2008 e LEI COMPLEMENTAR N° 035/2011, onde prevê que o ISSQN é devido no local da prestação de serviços sob alíquota de 5%;
- j) Responsabilizar-se pelo recolhimento de todos os tributos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução do contrato;
- k) Devolver o contrato assinado digitalmente através do sistema de gestão da prefeitura (1Doc) ou também para o e-mail da contratante (mediante confirmação de recebimento) no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data de emissão;
- l) Cumprir com as normas de segurança, ética e conduta durante o evento, zelando pelo bom andamento da atividade e pela imagem institucional do Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1 O contrato terá prazo de validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação em Diário Oficial.

7.2 A presente licitação se enquadra como Prestação de serviço não contínua, não emergencial, e não poderá ser prorrogado, em conformidade com as disposições da Lei 14.133/2021.



CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1 Poderá haver rescisão do contrato nas seguintes hipóteses:

- I** - Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE quando não cumpridas pela CONTRATADA às cláusulas contratuais aqui estabelecidas ou quando seu cumprimento se der do modo irregular;
- II** - Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- III** - Judicial, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1 A contratação deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 O instrumento ficará sob a responsabilidade de um Gestor de Contrato e por um Fiscal de Contrato cujas atribuições são relativas à execução do objeto contratual, conforme estabelecido no Decreto Municipal 56/2023.

9.3 Os agentes fiscalizadores serão designado pela secretaria solicitante.

9.4 Após a Nota de Autorização de Despesa será elaborado o plano de fiscalização do mesmo, conforme as estratégias de execução do serviço em consonância ao Decreto Municipal 56/2023.

9.5 A execução da contratação deverá ser acompanhado e fiscalizado por meio de instrumentos de controle, que compreendam, quando for o caso, a mensuração dos seguintes aspectos:

- a)** Os resultados alcançados em relação a contratação, com a verificação dos prazos de fornecimento e da qualidade demandada;
- b)** Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigida, quando se tratar de contrato com dedicação exclusiva de mão de obra;
- c)** A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- d)** A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- e)** O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e a satisfação do público usuário, quando cabível.

9.5.1 O fiscal da contratação deverá verificar ainda os impactos sobre o pagamento, nas situações em que a contratada:

- a)** Não produzir os resultados, deixar de fornecer, ou não fornecer com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- b)** Deixar de utilizar materiais e recursos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.5.2 O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Edital e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

9.6 O serviço será recebido provisoriamente em 05 (cinco) dias, e para tanto deverá observar se o produto/serviços está condizente com a fatura, com as informações do contrato, ou documento equivalente, com a Nota de Empenho, assim como observar se o serviço está sendo entregue em perfeitas condições de consumo e dentro das especificações contratadas.



9.7 O fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.8 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021.

9.9 As notificações serão comunicadas preferencialmente por meio de endereço eletrônico da contratada, devendo a contratada informar em seus documentos as informações necessárias para tanto, e eventualmente mediante ofício de forma presencial.

CLÁUSULA DECIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa a licitante que cometer, por dolo ou culpa, quaisquer das infrações previstas na Lei Federal n. 14.133/2021, quais sejam:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 A licitante/contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções mencionadas abaixo, de acordo com a Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021:

- a) Advertência;
- b) Multa Moratória;
- c) Multa Compensatória;
- d) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

10.2.1 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:



- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a administração pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 O processo de aplicação das penalidades previstas acima respeitará o devido processo legal e a ampla defesa da licitante/contratada e tramitará de acordo com o Decreto Municipal n. 56/2023.

10.5 Aplicar-se-á a advertência como instrumento de diálogo e correção de conduta ensejadora de infração administrativa, da qual não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, dentre elas:

- a) Descumprimento de pequena relevância de obrigação legal ou infração a lei, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
- b) Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

10.6 A sanção de **multa compensatória** será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, calculada na forma prevista no edital ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

- a) de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor contratado, para aquele que:
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, previsto no art. 155, IV da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;
- c) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, previsto no art. 155, V da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

10.6.1 de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, previsto no art. 155, VI da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

10.6.2 de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada/inadimplente, em caso de:

- a) Inexecução parcial do contrato previsto no art. 155, I da lei federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, desde que não seja enquadrada em pequena relevância, previsto no art. 6º do Decreto Municipal 56/2023;

- b) Inércia do fornecedor/contratado ou reincidência na inexecução parcial do contrato enquadrada em pequena relevância, previsto no art. 8º do Decreto Municipal 056/23;

10.6.3 - de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total do contrato, previsto no art. 155, III da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;

10.6.4 - de 20% (vinte por cento) a 30% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) Apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, previsto no art. 155, VIII da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;



- b)** Fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato, previsto no art. 155, IX da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;
- c)** Comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza, previsto no art. 155, X da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;
- d)** Prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, previsto no art. 155, XI da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;
- e)** Prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, previsto no art. 155, XII da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021;
- f)** Entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- g)** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, previsto no art. 155, II da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

10.7 A multa moratória é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor/contratado que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, tal qual solicitado, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

10.7.1 - 0,2% (dois décimos percentuais) por dia de atraso, sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato, até 10 (dez) dias de atraso;

10.7.2 - 0,3% (três décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro dia) até o 20º (vigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

10.7.3 - 0,5% (cinco décimos percentuais) por dia de atraso a partir do 21º (vigésimo primeiro) até o 30º (trigésimo dia) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

10.7.4 - Após o 30º (trigésimo) dia de atraso, será analisada as justificativas apresentadas pelo fornecedor/contratado e avaliado se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la, conforme art. 137 e seguintes da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.

10.7.5 Constatado o atraso na entrega de bens ou na execução de serviços, o gestor do contrato, auxiliado pelo fiscal do contrato e áreas técnicas deverá iniciar os procedimentos para abertura de processo administrativo punitivo, que deverá observar os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.8 Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, direta ou indireta, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

a.1) Pena - impedimento pelo período de um ano até dois anos.

b) Dar causa à inexecução total do contrato:

b.1) Pena - impedimento pelo período de um ano até três anos.

c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

c.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:

d.1) Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.

e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:



- e.1)** Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.
- f)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- f.1)** Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.
- g)** Reincidência na sanção de advertência dentro do prazo de 12 (doze) meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração Pública Municipal:
- g.1)** Pena - impedimento pelo período de um mês até seis meses.
- h)** Promover a alteração da quantidade ou qualidade dos serviços prestados ou obra executada de forma unilateral.
- h.1)** Pena - impedimento pelo período de seis meses até um ano.
- 10.9** As penalidades descritas no *caput* do presente artigo se aplicam também nos casos em que o instrumento que vincula as partes seja Ata de Registro de Preços/Contrato, ou instrumento equivalente;
- 10.9.1** A pena de suspensão poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de multa, conforme art. 529, §2º do Decreto Municipal 056/23.
- 10.9.2** A penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal não será cabível quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando então será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade.
- 10.10** A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, acarretará a rescisão contratual prevista no art. 137 e seguintes da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021 e art. 604 do Decreto Municipal 056/23.
- 10.11** O impedimento não atinge outros Contratos/Atas de Registro de Preços que estejam vigentes com o fornecedor/contratado penalizado, desde que não tenham relação com a execução do contrato que deu origem à sanção.
- 10.12** A penalidade de impedimento de licitar e contratar aplicada ao fornecedor/contratado estende-se às pessoas jurídicas que possuam objeto social similar e das quais sejam participantes um ou mais sócios que compõem o quadro societário da empresa penalizada, ou quando, pelas circunstâncias do caso e pelos elementos probatórios, restar comprovado que a pessoa jurídica foi constituída com o fim de frustrar os efeitos da penalidade aplicada.
- a)** Para os fins do disposto pelo *caput*, é lícito à autoridade competente valer-se do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, conforme previsto pelo art. 160 da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021.
- 10.13** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar será aplicada ao fornecedor/contratado responsável pelas infrações administrativas abaixo descritas, bem como pelas infrações administrativas previstas no *caput* do art. 537 deste Título que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção nele referida, e o impedirá de licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os seguintes parâmetros:
- a)** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:
- a.1)** Pena - de três anos até quatro anos.
- b)** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:
- b.1)** Pena - de três anos até seis anos.
- c)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:
- c.1)** Pena - de três anos até seis anos.
- d)** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação:



d.1) Pena - de três anos até cinco anos.

e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013:

e.1) Pena - de três anos até seis anos.

10.14 A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar deve ser precedida de análise jurídica.

10.15 A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

10.16 A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar aplicada ao fornecedor/contratado estende-se às pessoas jurídicas que possuam objeto social similar e das quais sejam participantes um ou mais sócios que compõem o quadro societário da empresa penalizada, ou quando, pelas circunstâncias do caso e pelos elementos probatórios, restar comprovado que a pessoa jurídica foi constituída com o fim de frustrar os efeitos da penalidade aplicada.

a) Para os fins do disposto pelo *caput*, é lícito à autoridade competente valer-se do instituto da desconsideração da personalidade jurídica;

10.17 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções acima, com exceção à advertência, demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por uma Comissão Especial, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante/contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, conforme Decreto Municipal 56/2023.

10.18 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade competente que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar, encaminhará o recurso com sua motivação à Autoridade Superior, que deverá proferir sua decisão, conforme Decreto Municipal 56/2023.

10.19 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.20 A aplicação das sanções previstas no itens acima admitem a reabilitação da licitante/contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos e poderá ser requerida pela parte, quando couber:

a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) Pagamento da multa;

c) Transcurso do prazo mínimo de um ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de três anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Campo Novo do Parecis/MT, como competente para dirimir quaisquer dúvidas e/ou omissões oriundas da aplicação do presente, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.2 E por entenderem assim, justas e acordadas, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas que também assinam.



XXXXXXXXXXXXXXXX (MT), XXXXX de XXXXXXXX de 2025.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Gestor do Executivo/Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADO



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4BCA-178D-E3A9-779F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



TARCISIO NASCIMENTO (CPF 797.XXX.XXX-15) em 04/12/2025 10:15:46 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



EDILSON ANTONIO PIAIA (CPF 390.XXX.XXX-91) em 08/12/2025 14:15:56 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Esta versão de verificação foi gerada em 08/12/2025 às 15:16 e assinada digitalmente pela 1Doc para garantir sua autenticidade e inviolabilidade com o documento que foi assinado pelas partes através da plataforma 1Doc, que poderá ser conferido por meio do seguinte link:

<https://camponovodoparecis.1doc.com.br/verificacao/4BCA-178D-E3A9-779F>